

# Fearnside responde a Belfort

Com referência à matéria 'Belfort contesta críticas sobre código' (o Jornal do Commercio, 02/08/91, p. 9), é importante corrigir os erros grosseiros feitos pelo secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas. O secretário Belfort afirma que eu, estando em Manaus, não devo 'falar mal de Balbina'. Considero lamentável a implicação de que nós, moradores de Manaus, perdemos o direito de raciocinar e falar sobre um assunto tão importante, para a política ambiental do Estado, quanto Balbina. De fato, as lições de erros graves cometidos em Balbina precisam ser constantemente lembradas e discutidas, para não repetirmos esta história muitas vezes no futuro.

O secretário diz que 'toda a energia que é consumida em Manaus provem da hidrelétrica'. Informo a ele que Balbina não supre toda a energia de Manaus, e que o parque termoeletrico da cidade continua funcionando a todo vapor. É surpreendente que o sr. secretário não saiba disso.

O fato que Balbina não atenderia a demanda de Manaus já era conhecido antes de se fazer o grosso dos investimentos e muito antes de se fechar o rio Uatumã, em 01/10/87. A baixa potência de Balbina indicava desde o início a necessidade de outras fontes de energia para abastecer Manaus — o plano era a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, há 500 km ao nordeste da cidade. O cronograma da Eletronorte, na época do fechamento de Balbina, indicava que Cachoeira Porteira ia começar a funcionar apenas sete anos após a Balbina. Já que Cachoeira Porteira (com quase seis vezes mais capacidade instalada do que a Balbina) teria potência suficiente para suprir Manaus sem Balbina, poderia se ter feito apenas uma hidrelétrica (C. Porteira), com metade do custo e metade dos impactos, que vamos ter agora com as duas hidrelétricas. O suprimento de apenas uma parte da demanda de Manaus durante sete anos não justifica o altíssimo custo da construção de Balbina (US\$ 3.000/kw instalada, pelo

tuida por Sérgio Figueiredo, que assinou a Licença de Operação de Balbina apenas nove dias depois, em 01 de outubro. Naquele mesmo dia a Eletronorte fechou, em sigilo, a última adufa da barragem, começando o enchimento do lago um mês antes da data (30 de outubro) que aquele órgão havia divulgado publicamente como a data programada para o fechamento.

A falta de discussão pública sobre Balbina antes e durante seu longo período de construção foi um impedimento básico à tomada de uma decisão mais sensata. A falta de informações adequadas sobre Balbina permanece até hoje, e é comprovada pelos erros notáveis nas declarações do sr. Belfort. Os cálculos dele sobre o dinheiro poupado por Balbina em gastos para compra de petróleo são completamente inválidos, sendo que omitem o custo astronômico da construção da barragem, e dos juros sobre a dívida contraída para isto. Comprar petróleo até o início do funcionamento da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, teria sido muito mais barato que a construção de Balbina. Mesmo se o sr. Belfort tivesse calculado os dólares poupados por Balbina corretamente, a comparação que ele faz de Balbina com a agricultura no Sul do País é simplesmente equivocada, já que uma coisa não tem a ver com a outra. A comparação deveria ser feita com maneiras alternativas de fornecer e/ou conservar energia. Sempre existiram outras alternativas mais baratas do que Balbina: o aproveitamento de Cachoeira Porteira, a geração de energia com o gás do Urucu ou do Juruá, e a transmissão de energia de Tucuruí.

Balbina causou imensos impactos, em troca de um minguado benefício. Estes estão detalhados no meu livro 'A Hidrelétrica de Balbina: O Faraonismo irreversível versus o Meio Ambiente na Amazônia', publicado na semana passada pelo Instituto de Antropologia Meio Ambiente (Iama), rua Turi, nº 16, São Paulo-SP, CEP 05.443, tel. (011) 210-1338. Uma discussão abre-

maior-onicial), muito menos o seu impacto ambiental e humano. A decisão inicial de se construir Balbina foi um erro que tem sido largamente reconhecido, inclusive pelos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte (ver 'Os prós e contras de Balbina', A Crítica, 12/02/89, Cad. 1, p.7).

A aprovação da Licença de Operação de Balbina, pelo governo estadual, foi, de fato, um escândalo das maiores proporções. O jornal A Crítica patrocinou a primeira discussão pública de Balbina, em agosto de 1987. Eu, inclusive, participei dos debates, realizados na Associação Comercial. Sem dúvida, a Eletronorte levou a pior nesta discussão. A Lídia Loureiro, diretora do Codeama, ficou impressionada com os argumentos contra Balbina, documentado na matéria 'Debates sobre Balbina têm elogio do Codeama'. A comissão técnica que o Codeama tinha formado para analisar os estudos ambientais de Balbina, do qual dois pesquisadores do Inpa participaram, se posicionou contra a aprovação da licença. Nesta altura, em 22 de setembro de 1987, a diretora do Codeama foi subitamente retirada do cargo e substi-

tuída por quem sei encontrada no meu trabalho 'Balbina: Lições trágicas na Amazônia', publicado no ano passado no número 64 da revista Ciência Hoje, páginas 34-40.

O Código Amazônico propõe a transferência para os governos estaduais de toda a autoridade com relação ao licenciamento de projetos de desenvolvimento, incluindo até projetos realizados dentro de Reservas Indígenas e Ecológicas. Já que o secretário Belfort acredita que a construção de Balbina foi uma decisão defensível, e até louvável, é difícil imaginar quais impactos ele acharia inaceitáveis, numa proposta de desenvolvimento que fosse submetida para ele analisar. Será que é necessária uma melhor evidência de que os governos estaduais ainda não se encontram em condições de assumir toda a responsabilidade para a aprovação de projetos com grandes impactos sobre o meio ambiente?

Philip M. Fearnside, Pesquisador  
Titular  
Coordenação de Pesquisa em  
Ecologia  
Instituto Nacional de Pesquisas  
da Amazônia-Inpa